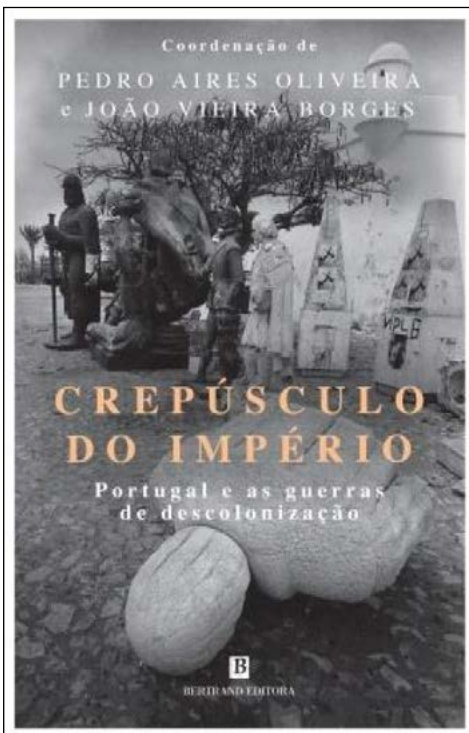


**Oliveira, P. A., & Borges, J. V. (Coord.). (2024).  
*Crepúsculo do império: Portugal e as guerras de  
descolonização*. Bertrand Editora.**

Patrícia Ferraz de Matos



O império continua a dar que falar.

No final dos anos 1990, e inícios dos anos 2000, quando comecei a fazer investigação, havia ainda pouca reflexão sobre o antigo “império português” e os trabalhos que apareciam sobre o tema eram escassos e, algumas vezes, com um pendor tímido. Era também com alguma cautela que eu própria me apresentava como estando a estudar o império. Vinda da antropologia, era comum os colegas pensarem que estava a fazer mais história do que antropologia.

E foi o presente de então que me despertou para o interesse no passado, um passado que estava no quotidiano, nas memórias das pessoas (familiares de colonos que tinham vindo de África; filhos/as de ex-combatentes na guerra colonial<sup>1</sup>; esposas, maridos, companheiros/as, descendentes dos participantes nos movimentos de libertação; ativistas, militantes de partidos contra a ditadura).

Embora o passado colonial fosse ignorado por muitos, evitado por alguns, corria nas veias de muitas pessoas europeias, africanas, asiáticas e pessoas de lugares com os quais se queriam identificar. Afinal, a liberdade tinha chegado e democraticamente cada um/a podia escolher de onde era ou para onde queria ir.

Infelizmente, tal processo foi marcado pela dificuldade dos chamados retornados se adaptarem à então sociedade portuguesa (saída de um regime austero, maioritariamente católico e conservador) (Peralta, 2021), pelas memórias traumáticas de muitos ex-combatentes da guerra colonial, passando pelas várias contradições na atribuição de nacionalidade portuguesa aos nascidos em África (cujos pais eram considerados portugueses), mas que em Portugal teriam outras nacionalidades (cabo-verdiana, são-tomense, guineense, angolana ou moçambicana).

Durante muito tempo, e apesar do sangue derramado em África e na Ásia, e do sangue dos que ficaram nesses territórios, sob a alçada da administração colonial portuguesa, e do sangue dos que vieram para Portugal (continente

<sup>1</sup> Em 2007, é criado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra o projeto “Os filhos da guerra colonial: Pós-memória e representações”, com o intuito de averiguar uma possível transmissão intergeracional do trauma psicológico.

e ilhas), não se falou nesse império. Talvez tenha sido necessário esquecer esse passado, o que implicou rutura ou distanciação, deixar para trás memórias, pessoas e bens, para que se avançasse para o futuro. A massa humana chegada a Portugal incluía crianças de tenra idade e era imperativo indicar-lhes um futuro de esperança. Da mesma forma, os antigos combatentes precisaram de esquecer memórias traumáticas, desde rituais de inclusão em grupos de jovens soldados (que implicaram amiúde o incitamento ao ódio pelo chamado “preto” ou “inimigo” até à preparação de emboscadas pela calada da noite com uma *ração de combate* no dorso e uma arma nas mãos). Com pouca preparação militar e inexperiência com as adversidades do mato, o facto de terem sobrevivido já seria um ato heroico. Assim, quando regressaram, a prioridade terá sido esquecer esse passado doloroso, procurando prosseguir com as suas vidas, inserindo-se na sociedade portuguesa, levando a cabo as suas carreiras profissionais e assumindo responsabilidades familiares.

Contudo, nem todos ultrapassaram esse passado e alguns nunca se integraram realmente, trazendo disfuncionalidade para as suas famílias. Até à altura em que o psiquiatra Afonso de Albuquerque os diagnostica como portadores de stress pós-traumático e os incorpora em equipas de acompanhamento, muitos terão sido perdidos. Foi preciso que passassem vários anos para que, em conjunto, partilhassem memórias, medos e traumas (Quintais, 2000). Foi preciso haver distanciamento.

Portanto, quando no início dos anos 2000 me apresentava dizendo que estava a fazer uma antropologia do colonialismo (analisando como a ideia de “raça” foi estrutural para a criação da ideia de “império colonial português” [Matos, 2006]), alguns colegas terão estranhado as minhas diligências. Tal estranheza vinha a par da minha presença em arquivos, ao lado dos colegas da história e, ao mesmo tempo, da busca em conseguir entrevistas. Felizmente, consegui realizar dezenas de entrevistas e interlocuções, limitadas apenas pelo facto de que algumas das pessoas com quem queria falar, terem, entretanto, falecido.

Foram essas memórias que me ajudaram a alinhar o trabalho e a estruturar a análise documental (legislação, códigos de trabalho indígena, filmes e documentários, fotografias, postais, cartazes, exposições, património arquitetónico e artístico). Estava tudo ligado. Além disso, mesmo que não fosse explícito, havia sempre algo, ao nível social ou político, que evocava o passado colonial: nas reações quotidianas das pessoas, na manifestação de preconceitos e de saudosismos sobre os tempos de África – o clima, a comida, a música, a dança, a suposta liberdade e o contacto com uma natureza (selvagem, húmida, quente, fértil, poderosa) que foi deixada para trás.

Durante muito tempo foram essas memórias que permaneceram, embora não fossem necessariamente partilhadas. Por um lado, porque as pessoas se concentraram em adaptar-se à sociedade portuguesa e em prosseguir com o seu futuro (e dos seus). Por outro, pelo constrangimento de que as suas histórias, fossem de antigos colonos ou de ex-combatentes, pudessem ser mal interpretadas ou dificultassem a sua integração num país (ainda isolado da restante Europa, com uma alta percentagem de população iletrada) longe de imaginar o que tinha sido verdadeiramente o contexto colonial. Para alguns, habitantes das cidades de Luanda ou Lourenço Marques (hoje Maputo), pode ter sido proveitoso, pois estavam inseridos num meio urbano onde o quotidiano funcionaria. Para outros, em locais distantes das cidades ou que experienciaram a guerra, as memórias seriam díspares, embora pudessem ter laivos de arrojamento e heroicidade. Tanto um tipo de memórias, como outro, eram de difícil perceção para quem nunca tinha saído do continente europeu, de Portugal *per si*, da sua região ou da sua aldeia, isto é, a maioria da população portuguesa.

Foi por isso que essa maioria terá visto com curiosidade e assombro os conterrâneos regressar, com roupas coloridas, adereços arrojados, evidenciando posturas corporais distintas e maneiras de falar diferentes. A língua era a mesma, mas a acentuação de algumas palavras, assim como a incorporação de termos vindos dos territórios asiáticos e, sobretudo, africanos (afinal as colónias de assentamento tinham sido Angola e Moçambique) denunciava essa diferença, algumas vezes considerada exótica e possivelmente interessante, mas que, amiúde, acabou por constituir-se como alvo de zombaria.

Os últimos 25 anos assistiram ao florescer de um número crescente de trabalhos sobre o contexto colonial, analisando-o sob várias dimensões e perspectivas disciplinares. Organizadas alfabeticamente incluem a antropologia, estudos culturais, estudos pós-coloniais, história contemporânea, história da ciência, história de arte, sociologia, entre outras. Tais trabalhos têm permitido diálogos contínuos, cada vez mais profundos e alargados, como acontece no livro *Crepúsculo do império: Portugal e as guerras de descolonização*, coordenado por Pedro Aires Oliveira e João Vieira Borges (2024).

Organizado em cinco partes (I. Enquadramento; II. Economia e sociedade; III. Mobilização, luta e propaganda; IV. Dor e sofrimento; V. Fim do império), o livro inclui, além da introdução, assinada pelos coordenadores, 33 capítulos escritos por 37 autores/as, especialistas nos assuntos neles tratados, com afiliações institucionais dentro e fora da academia. As análises são provenientes de várias áreas, incluindo as ciências sociais, e, tendo em conta o destaque dado à guerra – que levou à descolonização –, regista-se uma presença evidente de domínios como a estratégia ou as ciências militares, havendo lugar para alguma comparação com outros impérios sempre que tal se torna oportuno.

O movimento para as descolonizações começa a verificar-se após a Segunda Guerra Mundial, embora no contexto português os resultados tenham aparecido mais tardiamente. O mito de que o colonialismo português era diferente, sustentado amiúde na tese lusotropicalista (defensora de que os portugueses usufruíam de competências especiais para melhor se adaptarem aos trópicos e às suas populações) acabou, contudo, por ter os dias contados.

Os assuntos analisados incluem: *guerras de soberania em África* (António José Telo); *comparação com o contexto internacional* (Bruno Cardoso Reis, Luís Nuno Rodrigues); *apoios internacionais (África, Europa e EUA) aos movimentos independentistas* (Aurora Almada Santos); *estratégia e liderança* (Luís Barroso, João Moreira Tavares); *economia, finanças e desenvolvimento* (Luciano Amaral); *ecos da guerra na sociedade portuguesa* (Valentim Alexandre); *transformações nas sociedades coloniais* (Fernando Tavares Pimenta); *papel das mulheres durante a guerra colonial* (Sofia Branco) e *nas lutas independentistas* (Ana Filipa Correia); *desafios suscitados por diferentes práticas religiosas* (João Almeida); *deserção* (Miguel Cardina, Susana Martins); *movimentos de luta de libertação* (Eric Morier-Genoud); *estratégia de guerrilha* (Pedro Aires Oliveira, Catarina Laranjeiro); *teatros de operações* (Aniceto Afonso, Carlos Matos Gomes); *recrutamento de forças portuguesas* (João Vieira Borges); *combatentes africanos nas tropas portuguesas* (Pedro Aires Oliveira); *PIDE e serviços de informação* (Filipe Ribeiro de Meneses, Sandra Araújo); *comunicação e propaganda* (Nelson Ribeiro, Marissa J. Moorman); *prisioneiros de guerra* (Jorge Silva Rocha); *números (contingentes, mortos, custos)* (Pedro Marquês de Sousa); *violência em massa, destacando o massacre de Wiriamu* (Mustafah Dhada); *sequelas físicas e psicológicas nos ex-combatentes* (Sílvia Correia); *retornados e refugiados* (Morgane Delaunay); *territórios na Ásia* (Zélia Pereira, Rui Graça Feijó); *descolonização e democracia* (Rui Ramos); *literatura da guerra* (Margarida Calafate Ribeiro, Alexandra Dias Santos); *representações fotográficas da guerra* (Maria José Lobo Antunes); *memória da guerra e da descolonização* (Elsa Peralta); *balanço das historiografias sobre guerra e descolonização* (Fernando Martins).

O leitor pode usufruir de teorizações sobre conflitos, guerra (em geral e em contextos específicos), rebeliões, movimentos associativos, insurgências, campos de concentração e formas de opressão. Tais teorizações são sustentadas em conceitos que ajudam a compreender o fenómeno da(s) guerra(s). Conhecer este passado, ainda que focado no contexto colonial português, é útil também para perceber o presente, circunstâncias geopolíticas e alguns dos principais desafios trazidos pelas guerras iminentes no contexto global.

O livro nasce do contexto suscitado pelas comemorações dos 50 anos da chamada Revolução dos Cravos, ocorrida a 25 de Abril de 1974. Mais do que reflexão, esse cenário suscitou a realização de várias iniciativas, como debates, concertos, exposições, publicações e eventos culturais dentro e fora de Portugal. E é essa reverberação, marcada pela distância temporal, que encontramos na narração desde o início, inspirada no Movimento dos Capitães e nos movimentos independentistas, cuja ação foi fundamental para pôr termo ao regime ditatorial, à presença colonial e para criar condições para um regime democrático.

O final da obra conta com uma recolha bibliográfica (de livros e artigos publicados em revistas científicas) disponibilizada aos leitores através de um código QR, para o período de 1961 a 2024, que inclui, entre outros, 309 livros e 343 artigos publicados entre 2000 e 2023-2024.

Para esta produção, terá contribuído a distanciação referida anteriormente e o facto de haver cada vez mais pessoas interessadas e capacitadas para realizar estas pesquisas, assim como a circunstância de os arquivos estarem mais disponíveis, atendendo às regras temporais de acesso a alguns espólios ou documentos específicos.

No seu conjunto, o livro carece, contudo, da inclusão de mais discursos produzidos por africanos e por asiáticos e das suas perspetivas para os fenómenos em análise. Tal é de assinalar, sobretudo porque nas universidades portuguesas (e não só) é cada vez maior o número de alunos a cursar programas de licenciatura, mestrado e doutoramento. Um dos motivos dessa ausência e da escassez de mais elementos sobre as lutas de libertação dos PALOP, terá sido o facto de o livro ter tido o apoio da Comissão Portuguesa de História Militar (o que terá levado a priorizar a componente europeia), embora os organizadores tenham procurado incorporar experiências africanas (e independentistas). Outra das ausências é o fenómeno do racismo e como essa ideia ajudou não só a alicerçar o império, mas também a combatê-lo.

Apesar das ausências, por omissão ou inadequação, este livro é uma contribuição fundamental, pela pertinência atual e pelo esforço em inserir-se em debates intelectuais internacionais. Destaco ainda a pluralidade de perspetivas que reúne, traduzida pelas mundividências dos/as autores/as e suas múltiplas interpretações, que certamente alimentarão debates futuros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Matos, P. F. (2006). *As côres do império: Representações raciais no império colonial português*. Imprensa de Ciências Sociais.

Oliveira, P. A., & Borges, J. V. (Coord.). (2024). *Crepúsculo do império: Portugal e as guerras de descolonização*. Bertrand Editora.

Peralta, E. (2021). *The retornados from the Portuguese colonies in Africa: Memory, narrative, and history*. Routledge.

Quintais, L. (2000). *As guerras coloniais portuguesas e a invenção da história*. Imprensa de Ciências Sociais.

---

Submissão/submission : 16/12/2025

Aceitação/approval : 19/12/2025

---

Patrícia Ferraz de Matos, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 1600-189 Lisboa.  
patricia\_matos@ics.ulisboa.pt  
<https://orcid.org/0000-0001-7322-3756>

---

Matos, P. F. (2025). Oliveira, P. A., & Borges, J. V. (Coord.). (2024). *Crepúsculo do império: Portugal e as guerras de descolonização*. Bertrand Editora. *Cadernos do Arquivo Municipal*, (24), 1-4.  
<https://doi.org/10.48751/CAM-2025-24485>

---

Creative Commons CC-BY-NC 4